

Faz escuro, mas o amanhã vai chegar.

Cid Benjamin*

A eleição de Jair Bolsonaro foi muito mais do que um revés eleitoral para as forças democráticas e populares no Brasil. Representou uma derrota estratégica e abriu um período de hegemonia da extrema-direita profascista, defensora do neoliberalismo mais exacerbado e de um entreguismo jamais visto na história do país. A soberania nacional está sendo jogada no lixo.

Com o estímulo indisfarçado do governo, a destruição do meio ambiente representa um prejuízo irreversível. Os danos são irreparáveis.

Os ataques à área de ciência e tecnologia são um crime contra o nosso futuro como nação soberana.

As investidas contra os direitos dos trabalhadores nos fazem voltar à República Velha.

As tentativas de destruição na educação e na cultura, dominadas por grupos obscurantistas, têm consequências incalculáveis.

Não é exagero dizer que Bolsonaro encabeça um governo de destruição nacional.

Estamos, enfim, diante de um governo que, mais do que ser reacionário, é um verdadeiro retrocesso no plano civilizatório.

O presidente é um declarado inimigo da democracia. Sua cabeça é muito mais de miliciano, de integrante de grupos paramilitares, do que de um militar profissional. Aliás, sua carreira no Exército – de onde ele saiu com o rabo entre as pernas e pela porta dos fundos – foi pífia.

Quem ninguém se iluda: se tiver condições para tal, Bolsonaro implantará uma ditadura no país, ainda que não necessariamente no modelo das décadas de 60 e 70 do século passado. Com o fim da Guerra Fria, saíram de moda o discurso anticomunista, os tanques nas ruas e os generais que nunca foram à guerra, mas que ostentam dúzias medalhas ridículas em suas fardas. O paradigma de Bolsonaro parece ser o da Turquia de Recep Erdogan ou o da Hungria de Viktor Orban.

Nesses países, os presidentes chegaram ao poder dentro de regras democráticas. Depois, apoiando-se em farsas, apresentaram-se como vítimas de supostos golpes da oposição e, com apoio do Judiciário e do Legislativo, liquidaram a democracia. Nada muito diferente do incêndio do Reichstag. O fato de terem sido eleitos não impediu o ataque às instituições e o fechamento do regime. Aliás, a chegada ao poder por vias institucionais nunca significou que os governantes necessariamente respeitarão o jogo democrático. Candidatos a ditadores muitas vezes interpretam vitórias eleitorais como carta-branca para o poder absoluto e atropelam quem se interpõe no seu caminho. Basta lembrar os exemplos de Hitler e Mussolini.

* Jornalista e autor, entre outros, de *Reflexões rebeldes*

Não é segredo que, atualmente, o mundo atravessa um momento difícil para a democracia. Na Europa, onda de direitização conformou um cenário que, em alguns aspectos, lembra o dos anos 30, com o fortalecimento de correntes neofascistas.

O pano de fundo para esse quadro é a crise do capitalismo e uma reconfiguração do mundo do trabalho. Avanços tecnológicos, num quadro de debilidade política das classes trabalhadoras, levaram a um aumento do desemprego, à diminuição numérica da classe operária e à sua dispersão. Tudo isso contribuiu decisivamente para a desmobilização dos trabalhadores. Muitos deles passaram a ver o inimigo não mais no patrão que explora sua força de trabalho, mas no imigrante que disputa seu emprego, muitas vezes sujeitando-se a trabalhar em condições rebaixadas.

Daí, o fortalecimento da xenofobia, estimulada de forma entusiástica pela extrema-direita. Tradicionais redutos eleitorais da esquerda passaram a votar de forma maciça em candidatos que namoram teses fascistas.

Evidentemente não se trata de combater as inovações tecnológicas. Mas é preciso ter presente que, quando elas aumentam a produtividade do trabalho num quadro em que a correlação de forças no plano político é desfavorável aos trabalhadores, o resultado é o desemprego, ao lado do incremento da margem de lucro da burguesia. Nunca uma diminuição da carga horária e trabalho e o aumento do bem-estar social.

Assim, tal como se deu no início do século 19, quando a modernização da indústria têxtil na Inglaterra aumentou a produtividade do trabalho, num primeiro momento houve um impacto desfavorável sobre os trabalhadores, dando margem para o surgimento do chamado “ludismo”, que pregava a destruição das novas máquinas.

A reconfiguração do mundo do trabalho também se fez presente no Brasil, levando a que dezenas ou centenas de milhares de operários qualificados perdessem seus empregos. Transformaram-se em biscateiros ou, na melhor das hipóteses, tentaram abrir pequenos negócios para sobreviver. Na linguagem dos neoliberais, tornaram-se “empreendedores”. Na verdade, a expressão é um eufemismo para designar “desempregados com grife”.

Isso não se deu apenas com a classe operária. Fenômeno semelhante ocorreu com a classe média assalariada, segmento que é parte das classes trabalhadoras. Parte dela está às voltas com o desemprego puro e simples. Outra parte tornou-se pessoa jurídica, sem direitos trabalhistas e, muitas vezes, trabalhando por conta própria em casa.

O resultado de tudo isso é uma enorme quantidade de trabalhadores qualificados fora de suas profissões. Para que se tenha uma ideia do descalabro, estimativa do Clube de Engenharia aponta para 150 mil engenheiros desempregados no país.

A situação ajuda a desmobilizar as lutas populares. Que interesse objetivo têm um operário qualificado que se tornou biscateiro, ou um engenheiro que passou a ser motorista do Uber, na manutenção de uma Previdência pública ou da legislação trabalhista? Na maior parte dos casos eles não contribuirão mesmo para a Previdência Social como autônomos. E não serão afetados diretamente pelo fim da legislação

trabalhista e os ataques aos direitos dos assalariados, por não terem mais vínculo de emprego.

Cresceu também a influência deletéria de religiões de negócios, encabeçadas por pastores corruptos e extremamente reacionários, que atraem expressivos segmentos empobrecidos e ajudam a dar uma base de massa a projetos da extrema-direita, não só nas pautas comportamentais. No Brasil essas religiões alcançaram uma força avassaladora e foram bajuladas por quase todas as correntes políticas, inclusive pelos recentes governos de esquerda, que lhes concederam regalias diversas, entre as quais generosos espaços no aparelho de Estado.

Ao lado desses fatores, outro fator muito importante esteve presente na origem da atual onda de direitização: a desmoralização da democracia liberal e dos sistemas vigentes de representação, que já não atendem aos anseios da sociedade.

Em circunstâncias assim, muitas vezes há uma “ultrapassagem pela esquerda” e o questionamento do liberalismo político dá margem a um modelo de democracia com mais substância, seja por modificações nas regras do jogo, tornando-as mais democráticas, seja por reformas sociais que permitem aos mais pobres um acesso mais significativo à cidadania em todos os sentidos.

Mas nem sempre isso ocorre. A mesma crise que quase levou a uma revolução socialista na Alemanha depois da Primeira Guerra Mundial, adubou o terreno para a ascensão do nazismo. Tudo é questão de luta política concreta.

Nos tempos atuais, o esvaziamento da democracia liberal no Brasil trouxe consigo a negação da democracia em si. Se há alguns anos, na Argentina, uma descrença semelhante se expressou na frase “que se vayan todos” e fortaleceu a esquerda, aqui foi diferente. Quem apareceu como questionador da política, tal como ela era exercida, foram Bolsonaro e a extrema-direita, que colheram os frutos da frustração generalizada.

Eles surfaram na rejeição à política e nos erros, imaginários ou reais, dos governos petistas que os antecederam. Sejam erros relacionados com o estelionato eleitoral que levou Dilma Roussef a entregar a condução da economia a figuras como Joaquim Levy, sejam erros relacionados ao envolvimento de figuras de proa do PT em atos de corrupção aberta ou na busca de enriquecimento fácil ao se transformarem em lobistas do grande capital.

Com a preciosa ajuda de expressivos setores do Judiciário e do Ministério Público e o apoio da maioria da bandeira do combate à corrupção, tão cara à classe média, passou às mãos da direita. Não importa que a corrupção no Brasil não tenha começado com o PT e nem que este não tenha sido o partido mais corrupto. O tratamento dispensado a ele foi muito mais severo. O enriquecimento de dirigentes petistas e o envolvimento do próprio partido em atos de corrupção foram amplificados pela mídia, mas muitas vezes efetivamente ocorreram.

O crescimento da violência urbana foi outro elemento a ajudar a direita. A esquerda não tem, e nem poderia ter, uma proposta para a resolução imediata dos problemas nessa área. Eles podem ser amenizados por uma política que substitua a truculência pela

inteligência e pela humanização das polícias, mas decorrem, mais do que nada, da crise social, das desigualdades na sociedade e da exclusão de milhões de pessoas. E isso não se resolve da noite para o dia. Já a direita, de forma simplista e demagógica, acena com mais e mais repressão. Esse caminho aparece aos olhos de alguns como o mais eficaz na busca de soluções imediatas para um problema real e que é sério. Assim, acabou endossado por um número expressivo de pessoas que não eram originariamente de direita.

Para tal contribuiu um conservadorismo latente na sociedade e, em particular, nas camadas médias da população, sentindo-se ameaçadas por uma situação que parecia caminhar para a anomia. Mas é engano pensar que isso ocorreu apenas na classe média. Bolsonaro e aliados profascistas, como o governador Witzel, do Estado do Rio, venceram as eleições nas favelas e comunidades carentes do Rio de Janeiro. E o discurso de endurecimento da ação policial, mesmo que à custa de mais mortes nas comunidades pobres, foi central nas suas campanhas eleitorais.

É altamente ameaçadora para a democracia e os direitos humanos a proposta de Bolsonaro para que se use a chamada Garantia de Lei e Ordem (GLO) - na qual há digitais de governos petistas, diga-se - em conflitos sociais no campo. Da mesma forma, são sintomáticas as ameaças de responder a um possível ascenso de massas com um novo AI-5, vindas do ministro Paulo Guedes e de outras figuras próximas ao presidente.

Outra proposta de Bolsonaro, o tal “excludente de ilicitude” para policiais e militares, nada mais é do que um linguajar jurídico para a “licença para matar” que o agente James Bond, o 007, tinha nas obras de Ian Fleming. Se este absurdo for aprovado, a polícia que mais mata no mundo vai matar muito mais, com garantia de imunidade. E já se sabe quem serão as vítimas: jovens moradores de comunidades carentes, em sua maioria negros.

Nesse quadro, cresce a tendência à busca de saídas individuais. E diante das dificuldades de mobilização em torno das questões centrais - as lutas contra as desigualdades sociais e pelos direitos dos trabalhadores e em defesa da soberania nacional - surgem válvulas de escape. A principal delas é a supervalorização das chamadas pautas identitárias. Em sua maioria, são bandeiras corretas, mas não é razoável fazer delas questões centrais num país com os problemas sociais do Brasil. Não é demais lembrar que essas pautas - praticamente todas elas - são palatáveis para uma direita moderna, de punhos de renda, representada muitas vezes pela Rede Globo, e perfeitamente capaz de tratar de forma progressista questões como a inserção de negros na sociedade ou a denúncia da discriminação às mulheres ou aos segmentos LGBT. Basta ver as novelas. Essas bandeiras não se chocam com a ordem capitalista, com a dominação de classes tal como é exercida no Brasil, com a superexploração dos trabalhadores ou mesmo com a essência das propostas neoliberais.

No momento em que este artigo está sendo escrito, fim de 2019, é difícil uma previsão segura sobre o desdobramento do governo Bolsonaro. De qualquer forma, felizmente nem tudo depende das vontades do presidente, do astrólogo que é seu guru e de seu grupo palaciano-miliciano. Há segmentos liberais na institucionalidade que resistiriam,

seja por realmente não defenderem um modelo ditatorial profascista, seja porque perderiam espaços de poder se ele fosse implantado: o Supremo Tribunal Federal, o Congresso e veículos da grande imprensa são alguns exemplos. Não à toa eles têm sido alvos de ataques de Bolsonaro e de seus apoiadores mais próximos.

Por outro lado, o movimento popular não está morto. Revoltas em países vizinhos mostram que, quando menos se espera, pode “emergir o monstro da lagoa”, para usar a expressão de Chico Buarque.

Se hoje não é fácil uma retomada de lutas sindicais, pelas razões já apontadas, é perfeitamente possível que haja explosões e um novo ascenso de movimentos populares em defesa dos serviços públicos e da soberania nacional e contra a destruição do Estado.

Na resistência às políticas de Bolsonaro é preciso construir a unidade com quem se dispuser a combatê-las. Quem quiser vir junto para barrar avanços totalitários e a entrega da soberania e das riquezas nacionais nacional é bem-vindo. Mesmo com segmentos liberais pode haver alianças pontuais, desde que não sejam eles a delimitar os limites das lutas. Onde for possível ir juntos, devemos ir. Mas preparados para seguir além dos limites dos liberais quando isso for necessário.

Há 45 anos, em 1974, o ascenso de massas de 1968 era coisa do passado, a resistência armada tinha sido esmagada e o país vivia a paz dos cemitérios. No entanto, sem que houvesse uma forte presença da esquerda no cenário político e de forma quase espontânea, a população fez das eleições (mesmo com todas as limitações da época) uma possibilidade de demonstrar o repúdio à ditadura. O resultado foi surpreendente e marcou o início da reconstrução de uma oposição legal ao regime. De certa forma, a vitória de 1974 alimentou a reorganização de movimentos posteriores, tanto de segmentos da classe média, como da classe operária.

O mesmo pode ocorrer com as eleições de 2010. É preciso transformá-las numa espécie de plebiscito sobre o governo Bolsonaro e sua política nefasta. Para isso, porém, é fundamental que candidatos de esquerda ou, ao menos, progressistas cheguem ao segundo turno.

Assim, embora não havendo a possibilidade de coligações nas eleições para vereador - o que desestimula alianças nas eleições para prefeito - vai ser importante a construção de candidaturas fortes já no primeiro turno, o que exigirá alianças. Devemos trabalhar para tal, deixando, em segundo plano, interesses localizados ou individuais.

No mais, é não desesperar.

A humanidade já passou por momentos muito mais terríveis e há relativamente pouco tempo. No fim dos anos 30 e início dos anos 40 do século passado, as perspectivas eram mais sombrias do que nunca. O mundo parecia em vias de ser dominado pelos nazistas e seus aliados, que tinham como objetivo a escravização de parte da humanidade, quando não o seu extermínio puro e simples. Não obstante, o Reich não durou os propalados mil anos. Em 1945 a bandeira vermelha foi hasteada em Berlim.

Vamos à luta.